WALTER SIQUEIRA BRITO

**Implementação de direitos prestacionais pelo Município
no atual sistema de federalismo fiscal brasileiro**

MANAUS/AM
SÃO PAULO/SP
2020

WALTER SIQUEIRA BRITO

**Implementação de direitos prestacionais pelo Município
no atual sistema de federalismo fiscal brasileiro**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração em Direito do Estado, sob a orientação do Professor Doutor Fernando Facury Scaff.

MANAUS
SÃO PAULO/SP
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

BRITO, Walter Siqueira.

Implementação de direitos prestacionais pelo Município no atual sistema de federalismo fiscal brasileiro/ Walter Siqueira Brito; Professor Fernando Facury Scaff – 2020

Dissertação - Mestrado Interinstitucional em Direito Constitucional, Universidade de São Paulo/ Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas, Manaus, 2020

Versão original

Nome: BRITO, Walter Siqueira

Título: Implementação de direitos prestacionais pelo Município no atual sistema de federalismo fiscal brasileiro

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para o curso de Mestrado Interinstitucional em Direito Constitucional da Universidade de São Paulo/CIESA.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

RESUMO

BRITO, Walter Siqueira. **Implementação de direitos prestacionais pelo Município no atual sistema de federalismo fiscal brasileiro. 2020. 159f.** Dissertação (Mestrado) Faculdade de Direito - Universidade de São Paulo, Centro Universitário De Ensino Superior do Amazonas, Manaus, 2020.

O contexto que a pesquisa estuda é o da grande dificuldade de os Municípios prestarem os serviços essenciais à população. Verifica-se a desproporcionalidade entre as obrigações constitucionais estipuladas para os Municípios e a receita que pode por eles ser auferida por sua competência ou transferida pelos outros entes para cumprir essas obrigações. Utilizou-se como metodologia de pesquisa a consulta a livros, artigos, jurisprudências, a estudos que apresentam dados de institutos de pesquisa, de federações industriais, de entes municipais e de instituições públicas e privadas. Foi constatado que os Municípios atualmente, em razão da forma do federalismo fiscal, não têm como se sustentar sozinhos, com cerca de 1/3 deles não tendo condições nem para pagar seus servidores e, por isso, são altamente dependentes, especialmente da União.

Palavras-chave: Federalismo; Federalismo Fiscal; Direitos Fundamentais

ABSTRACT

BRITO, Walter Siqueira. **Implementation of benefits rights by the municipality in the current system of Brazilian fiscal federalism.** Dissertation Interinstitutional Master's in Law - University of São Paulo, University Center of Higher Education of Amazonas, Manaus, 2020.

The context of the work stems from the great difficulty of the Municipalities providing the essential services to the population. There is disproportionality between the constitutional obligations stipulated for the Municipalities and the revenue that may be earned by them or transferred by other entities. The methodology used its research of books, articles, jurisprudences and data studies of the budget of the Municipality of Manaus and research of public and private institutions. It has been found that the Municipalities currently, due to the form of fiscal federalism, cannot afford to stand alone, with about 1/3 of them not being able to pay their servants and, therefore, are highly dependent especially on the Union.

Key-words: Federalism; Fiscal Federalism; Fundamental rights

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 SOBRE O FEDERALISMO FISCAL	11
1.1 Definição de Federalismo	11
1.2 Característica do Estado Federal	14
1.3 Federalismo Fiscal no Brasil	21
2 ARRECADAÇÃO MUNICIPAL NO FEDERALISMO BRASILEIRO	25
2.1 O Município no contexto do Federalismo brasileiro	25
2.2 As receitas para os Municípios	32
2.3 Outras possibilidades de receitas para os Municípios	46
2.4 Políticas fiscais prejudiciais para os Municípios: a questão da política de desoneração de impostos pelos Estados e a União	56
3 ESCASSEZ E ESCOLHAS TRÁGICAS NA DESPESA DO MUNICÍPIO DE MANAUS COM DIREITOS À PRESTAÇÕES	66
3.1 Do Mínimo Existencial	72
3.2 Da reserva do possível e escolhas trágicas.....	79
3.3 Despesas e responsabilidades dos Municípios com saúde.....	96
3.4 Despesas e responsabilidade dos Municípios com educação.....	99
4 PROBLEMAS NO FINANCIAMENTO E DESPESAS COM DIREITOS PRESTACIONAIS NO MUNICÍPIO DE MANAUS.....	105
4.1 A situação manauara nos últimos anos em relação a receitas e despesas... 105	
4.2 Intervenção judicial nas políticas públicas de direitos prestacionais.....	107
4.3 Omissão histórica da união.....	120
5 SUGESTÕES PARA O APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PRESTACIONAIS NO MUNICÍPIO DE MANAUS.....	123
5.1 Aprimoramento na cobrança do IPTU.....	123
5.2 Aprimoramento na utilização de imóveis abandonados.....	128
5.3 Parcerias com a iniciativa privada	130
5.4 Parcerias com legitimados para ingresso de ações coletivas.....	130
5.5 Realização de audiências públicas	132
5.6 Participações de associações em ações cujo tema seja saúde	133
5.7 Formação de consórcios públicos	134
CONCLUSÃO.....	139
REFERÊNCIAS.....	142

INTRODUÇÃO

O tema a ser desenvolvido nesta dissertação envolve o problema de que os Municípios brasileiros possuem diversas obrigações constitucionais para serem efetivadas, especialmente em relação às áreas da saúde e da educação, todavia, o atual federalismo fiscal brasileiro não permite que eles tenham autonomia financeira necessária para tal, dependendo em grande parte da União.

Esse problema decorre da intervenção judicial nas políticas públicas, bem como da omissão histórica da União nesse aspecto.

Assim, a dissertação analisa o descompasso existente entre as obrigações municipais constitucionalmente estabelecidas, especialmente na área da saúde e da educação, e a receita que é discriminada aos Municípios pelo atual sistema tributário e financeiro existente em nosso país.

O descompasso financeiro ocorre por diversos motivos, podendo-se citar como exemplos a omissão histórica da União, como já apontado, a desoneração por parte da União e dos Estados, que têm repasse obrigatório para o Município, e, além disso, a baixa arrecadação do Município, que não é capaz de ter os recursos para que possa exercer as suas competências constitucionais.

O fortalecimento da autonomia dos Municípios é promessa da Constituição Federal (CF) de 1988. Apesar de outras constituições terem assegurado certa independência ao ente municipal, foi a atual Carta da República que lhe atribuiu significativa ampliação de sua autonomia política, sendo ente federativo dotado de poder de auto-organização, administração e gestão.

A pesquisa é relevante, pois a saúde fiscal dos Municípios afeta o cotidiano de milhares de pessoas, na medida em que eles são responsáveis por grande parte dos serviços públicos, como, por exemplo, o sistema de transportes, e, especialmente pelas políticas públicas de saúde e educação. A presente dissertação, ainda, contribui com o debate sobre a crise fiscal brasileira, que atualmente está no centro das preocupações dos governos.

Segundo o preâmbulo da nossa Constituição Federal, vivemos em um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos prestacionais. É gigantesca a população que depende exclusivamente do Estado para garantir esses direitos. Por exemplo, hoje projeta-se que a população brasileira seja de 208.000.000

(duzentos e oito milhões)¹, sendo que 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) de pessoas, quase 75% do total, têm o Sistema Único de Saúde como único meio de acesso à saúde².

Contudo, é fato público e notório que os Municípios infelizmente não têm, na prática, a capacidade orçamentária de garantir todos os direitos a todos os cidadãos de forma plena e satisfatória. Isso por diversos motivos, que vão desde a omissão da União à incompetência administrativa na gestão de recursos, passando por fortes crises de arrecadação, além do nosso atual desenho federativo.

Outro ponto importante que a dissertação aborda é pragmaticamente essencial: se o Município, por falta de recursos, não conseguir efetivar a política pública constitucionalmente estabelecida, o Poder Judiciário poderá intervir? Esse tema levanta intenso e caloroso debate.

A metodologia utilizada consiste na revisão da literatura nacional e estrangeira, utilizando-se livros nas áreas de Direito Constitucional, Direito Financeiro, Orçamento Público e Políticas Públicas, bem como revistas especializadas nas áreas interdisciplinares em referência e artigos científicos publicados, inclusive na *internet*.

Também se fez a coleta e a análise de dados do orçamento do Município de Manaus, com a discriminação de suas receitas e despesas, para a mais fiel reprodução da realidade que serve de base ao presente estudo.

Os dados coletados estão disponíveis em *sites* de institutos de pesquisa, como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, bem como nos endereços virtuais de instituições privadas, como o da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, cujas informações à disposição permitem demonstrar como as receitas municipais decresceram enquanto as despesas subiram com o passar do tempo.

São analisadas decisões judiciais, especialmente do Tribunal de Justiça do Amazonas e dos Tribunais Superiores, acerca das questões envolvendo direitos prestacionais, pelas perspectivas da dissertação.

A dissertação está sistematizada em cinco capítulos, além da introdução e da conclusão.

¹ Dados do IBGE, disponíveis no link: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 23 set. 2017.

² Dado disponível no link: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/em-2016-ministério-da-saúde-reduzirá-gasto-com-o-sus-em-quase-r-10-bilhões-1.348713>>. Acesso em: 23 set. 2017.

No capítulo referente ao federalismo fiscal brasileiro, faz-se um estudo para verificar como se dá sua imposição aos Municípios, se eles conseguem alcançar os objetivos propostos na Constituição Federal. Acredita-se que não, pelo que se enxerga no teor da dissertação.

Em seguida, disserta-se sobre a arrecadação dos Municípios, iniciando-se o capítulo contextualizando sua posição no federalismo brasileiro. A importância de escrever sobre esse ponto dá-se em virtude de que há doutrinas abalizadas que negam o Município como ente federativo, como as de José Afonso da Silva e Raul Machado Horta. Evidencia-se nesse ponto a razão de os argumentos por eles defendidos não terem base jurídica ou política, provando que o Município é sim ente jurídico, conforme o Direito Positivo.

O terceiro capítulo apresenta a questão da arrecadação municipal, expondo os problemas das receitas recebidas e da dependência da União. Após se falar sobre a arrecadação, disserta-se sobre o problema inevitável da escassez de recursos e as “escolhas trágicas”³ em relação às despesas com direitos a prestações, de competência constitucional dos Municípios.

No quarto capítulo tecem-se algumas críticas ao atual sistema de financiamento e às obrigações de direitos prestacionais do Município de Manaus, para, no quinto capítulo, dar-se sugestões de melhoria e aprimoramento das políticas públicas desse ente federativo.

Por fim, apresenta-se a conclusão da dissertação, a qual busca contribuir com o debate em torno desse tema tão premente, mas que se entende não ser dado a importância merecida, mesmo estando tão presente no cotidiano de milhares de brasileiros de todos os Municípios.

³ O termo “escolha trágica” é a tradução de *tragic choices*, constante no livro de Philip Bobbitt e Guido Calabresi – **Tragic Choices: The conflicts society confronts in the allocation of tragic scarce resources**. New York: W. W. Norton & Company, 1978.

CONCLUSÃO

Como visto, realmente há problema quanto à autonomia financeira dos Municípios, sendo eles dependentes de recursos da União e dos Estados para manterem a sua estrutura bem como para poderem efetivar as obrigações estabelecidas na Constituição Federal.

A Constituição de 1988 atribui aos Municípios uma grande gama de competências e deveres, porém, a obrigatoriedade de efetivarem as suas competências constitucionais não veio acompanhada da devida receita necessária, sendo o atual federalismo fiscal brasileiro não de cooperação, mas de submissão dos Municípios à União e aos Estados para poder garantir a sua sobrevivência financeira. É um federalismo submisso.

Isto é, o federalismo fiscal brasileiro é incapaz de dotar os Municípios com os meios necessários para que eles tenham capacidade de arrecadação própria no intuito de conseguir cumprir com as suas obrigações previstas na Constituição Federal, ou seja, foi incapaz de lhes dar autonomia, especialmente a financeira.

Isso porque o sistema atual de arrecadação privilegia a União, que amealha cerca de 60% dos tributos cobrados, deixando os Municípios dependentes dela e dos Estados em relação às transferências obrigatórias e voluntárias. Além disso, as políticas fiscais realizadas pela União são extremamente prejudiciais aos Municípios, como a renúncia fiscal de IPI.

Ainda dentro desse aspecto, há a intervenção do Poder Judiciário nos atos administrativos. Tal Poder reconhecidamente não tem os dados e nem a *expertise* necessários para avaliar as consequências de sua ingerência, especialmente nas políticas públicas. Entende-se sobre esse ponto que a criação ou a supressão de políticas públicas pelo Poder Judiciário é inconstitucional, ainda mais quando não anuncia de qual lugar do orçamento será retirada a receita, no caso da criação de uma política, para financiá-la.

Devem ser modificados os procedimentos para a chegada das receitas aos Municípios. Pode-se citar como procedimento problemático a utilização das emendas parlamentares, que destinam recursos aos Municípios com base em critérios políticos. Deve-se conceber um meio para que a destinação dessa verba siga um critério técnico. Não se está dizendo para se retirar todo o teor político, mas defende-se que

esse seja reduzido, como, por exemplo, definindo-se que 50% da totalidade da quantia das emendas sejam destinadas para 50% dos Municípios mais pobres do Estado representado, ou determinando-se outra porcentagem que seja considerada mais justa ou necessária para minimizar a desigualdade regional.

A revisão do critério de distribuição do Fundo de Participação do Municípios é salutar, pois melhora a análise dos coeficientes e amplia-se a sua faixa, além de possibilitar uma maior contribuição para os Municípios que ainda não têm um bom serviço em determinada área. Logicamente, se é caso de má-gestão ou corrupção, deve-se rigorosamente apurar.

A União concentra a arrecadação de cerca de 60% dos tributos, e ainda diminui a porcentagem do montante que deve ir para os Municípios por meio de renúncias e manobras fiscais. Essa política fiscal não pode ser aceita sem estudos comprobatórios de que haverá benefício para todos aqueles implicados – os Municípios, por exemplo, podem ter reduzidas as suas receitas advindas do FPM.

Além disso, a União historicamente se omite no financiamento do Sistema de Saúde, contribuindo, *proporcionalmente*, muito menos que os Municípios. Sobre eles recai a responsabilidade pela atenção básica, a qual atende grande parte da população brasileira.

Deve ser também revisitado o entendimento sobre a cobrança de IPVA sobre embarcações e aeronaves. Não é mais aceitável, por motivos jurídicos e sociais, tais veículos automotores não serem tributados. Caso o fossem, haveria, por exemplo, um acréscimo na receita dos Municípios amazonenses em virtude da grande quantidade de embarcações que singram os rios amazônicos.

É importante a autorrestrição judicial, para que com o propósito de atender o suposto direito de um, não sejam prejudicados os direitos de toda uma classe ou de uma comunidade. As decisões judiciais cotidianamente impactam de várias maneiras a atuação do Poder Executivo, seja modificando de alguma maneira políticas públicas, seja desordenando o orçamento público, e isso deve ser evitado.

Não se desconhece a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a esse respeito, como demonstrado no decorrer do trabalho, mas acredita-se que ela deve compatibilizar a proteção de direitos fundamentais subjetivos com o direito da coletividade em matéria de orçamento e políticas públicas.

Devem existir parcerias com órgãos de judicialização coletiva, a fim de conseguir melhores soluções não apenas para um caso concreto, mas para toda a comunidade. Com a ampla discussão entre todos os atores evitam-se decisões solitárias de Juízes, os quais muitas vezes não têm conhecimento técnico, sociológico ou cultural sobre a causa. A discussão assim levada a cabo, além de dar maior legitimidade ao ato do Poder Executivo, evita o arrombamento do orçamento público.

Igualmente devem ser fomentadas as parcerias com a iniciativa privada e a formação de consórcios com o objetivo de cuidar dos bens públicos sem o gasto recair somente sobre os órgãos estatais e municipais. Tais parcerias e consórcios possibilitam, ademais, a aquisição de bens e serviços com melhor preço.

Após a análise da situação financeira dos Municípios, verificou-se que o Município de Manaus possui uma situação privilegiada em relação à maioria dos Municípios brasileiros, pois possui liquidez e capacidade de investimento, apesar de ter aumentado o gasto de pessoal. As excelentes gestões previdenciária e tributária, fruto de melhora tecnológica, deram a ele conforto financeiro.

Todos os brasileiros vivem em algum Município, é nele que estão seus laços, sua família, sua comunidade. Por conseguinte, é nele que devem ser realizados os objetivos constitucionais, representados por serviços de saúde e de educação adequados, para que a população possa viver com dignidade, conforme dispõe a Constituição da República.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Victor; COURTIS, Christian. **Los derechos sociales como derechos exigibles**. 2ª ed. Madrid: Trotta, 2004.

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Para além da descentralização: Os desafios da coordenação federativa do Brasil**. In: FLEURY, Sonia (Org.). Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil & Espanha. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 5.ª edição alemã. São Paulo: Malheiros, 2008.

AMARAL, Gustavo. **Direito, escassez e escolha**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

APPIO, Eduardo. **A exigibilidade judicial dos direitos sociais no país: populismo judiciário no Brasil**. Disponível em: <http://74.125.47.132/search?q=cache:D4lm3u1kqEwJ:www.eduardoappio.com.br/canais/mat_alunos.htm+A+EXIGIBILIDADEJUDICIAL+DOS+DIREITOS+SOCIAIS+NO+PAÍS:+POPULISMO+JUDICIÁRIO+NO+BRASIL&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>, com acesso em: 02 jun. 2020.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, abr.-jun. 2004.

ASSUNÇÃO, Matheus C. **Incentivos Fiscais e Desenvolvimento Econômico: a função das normas tributárias indutoras em tempos de crise**. Finanças Públicas – XV Prêmio Tesouro Nacional – 2010.

ATALIBA, Geraldo. Federação. **Revista de Direito Público**, v. 20, n. 81, jan./mar. 1987.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios**. 17ª ed. São Paulo: Malheiros. 2016.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Teoria geral do federalismo**. Belo Horizonte: FUMARC/UCMG, 1982.

BARBOSA, Rubens. **André Franco Montoro**. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/401898/noticia.htm?sequence=1>>, com acesso em 30 jun. 2019.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais: O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BARCELLOS, Ana Paula de. **Neoconstitucionalismo, direitos fundamentais e controle das políticas públicas**. In: SARMENTO, Daniel; GALDINO, Flavio (Orgs.). Direitos fundamentais: estudos em homenagem ao prof. Ricardo Lobo Torres. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BARCELLOS, Ana Paula de. **Constitucionalização das políticas públicas em matéria de direitos fundamentais: o controle político-social e o controle jurídico no espaço democrático**. In: SARLET, Ingo W.; TIMM, Luciano B. (Org.). *Direitos Fundamentais — orçamento e “reserva do possível”*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

BARROSO, Luis Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora**. 5. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.

BARROSO, Luis Roberto. **A derrota da Federação: o colapso financeiro dos Estados e Municípios**. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, n. 53, 2000.

BASTOS, Celso R. **Curso de Direito Constitucional**. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

BERCOVICI, Gilberto. **Dilemas do Estado Federal Brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

BERCOVICI, Gilberto. **Desigualdades regionais, Estado e Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003.

BIRD, Richard M. **Threading the fiscal labyrinth: some issues in fiscal decentralization**. National Tax Journal, v. 46, n. 2, p. 207-227, jun.1993.

BOBBITT, Philip. CALABRESI, Guido. **Tragic Choices**. New York: W. W. Norton & Company, 1978.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BRANCO, Paulo Gustavo G. **Juízo de Ponderação na jurisdição constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 989419**, Rel. Ministro Luiz Fux, primeira seção, julgado em 25/11/2009, DJe 18/12/2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1110551**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, primeira seção, julgado em 10/06/2009, DJe 18/06/2009

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1657156**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, primeira seção, julgado em 25/04/2018, DJe 04/05/2018

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ACO 758**, Rel. Ministro Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 19/12/2016, DJe-168 31-07-2017

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Plenário, **ADC 29**, ADC 30/DF, ADI 4578/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgados em 15 e 16/2/2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Plenário, **ADI 2238 MC**, Rel. p/ cordão Min. Carlos Ayres Britto, publicado em 12/09/2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Plenário, **ADI 5105**, Rel. Min. Luiz Fux, DJe-049 publicado em 16/03/2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 45**, Relator(a): Min. Celso De Mello, julgado em 29/04/2004, publicado em DJe 04/05/2004.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ARE 639337**, Relator: Min. Celso de Mello, Segunda Turma, julgado em 23/08/2011, DJe-177 15-09-2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ARE 745745**, Relator(a): Min. Celso De Mello, Segunda Turma, julgado em 02/12/2014, processo eletrônico DJe-250 19-12-2014

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 566471** RG, Rel. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 15-11-2007.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 572762**, Relator: Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, Data de Julgamento: 18/06/2008,

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 597854**, Relator: Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, julgado em 26/04/2017, Acórdão Eletrônico Repercussão Geral - MÉRITO DJe-21-09-2017

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 705423**, Relator(a): Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, julgado em 23/11/2016, DJe-020 02-02-2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 818550**, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, julgado em 06/10/2017, DJe-247 26-10-2017

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 855178**, Relator: Ministro Luiz Fux, julgado em 05/03/2015, DJe-05013-03-2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STA 175 AgR**, Relator(a): Min. Gilmar Mendes (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 17/03/2010, DJe-076 30-04-2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STP 127**, Rel. Min. Presidente, Decisão Proferida pelo(a) Ministro(a) Dias Toffoli, julgado em 02/04/2020, DJe-083 06-04-2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Teses de repercussão geral. Tema 793 - Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde.**

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BUCCI, Maria Paula D. **O conceito de política pública em direito**. In: BUCCI, Maria Paula D. (Org.). Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUENO, Júlio Anderson Alves. **Manual de Direito Tributário**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CABRAL, Nazaré da Costa. **O primeiro passo do federalismo financeiro: determinação de funções**. Boletim de Ciências Econômicas, v. 57, tomo I, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, p. 833-872, 2014.

CALIENDO, Paulo. **Comentário ao artigo 155, III**. In: CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lênio L. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

CAMARGO, Ricardo Antônio L. **Custos dos direitos e reforma do Estado**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Metodologia Fuzzy e camaleões normativos na problemática actual dos direitos económicos, sociais e culturais**. Estudos sobre direitos fundamentais. 1ª ed. brasileira. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

CARBONELL, Miguel (org.). **Direitos, deveres e garantias fundamentais**. Salvador: Juspodivm, 2011.

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1997.

CASTRO, Jose Nilo de Castro. **Direito Municipal Positivo**. 6ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

CHAGAS, Magno G. **Federalismo no Brasil: o poder constituinte decorrente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. Porto Alegre: Fabris, 2006.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

COLOMBIA. **Constitucion Política de Colômbia (1991)**. Disponível em: <https://www.cijc.org/es/NuestrasConstituciones/COLOMBIA-Constitucion.pdf>, com acesso em 05.ago.2020.

CORREIA NETO, Celso de B. **O avesso do tributo: incentivos e renúncias fiscais no direito brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Almedina, 2016.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

CURITIBA. **Lei Complementar Nº 40, de 18 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre os tributos municipais e dá outras providências.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do Estado**. 31ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012

DERZI, Misabel A. **Federalismo, Estado Democrático de Direito e imposto sobre consumo**. Belo Horizonte: Faculdade de Direito - UFMG, 2002.

DE MARCO, Santa. **O Federalismo Municipal na Itália: críticas e perspectivas.** In: DERZI, Misabel A. M.; JÚNIOR, Onofre A.; MOREIRA, André M. (Orgs.). *Coleção Federalismo e Tributação. Volume 2: Estado Federal e Guerra Fiscal no Direito Comparado*, Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

DOMINGUES, José Marcos. **Federalismo fiscal brasileiro.** *Revista Nomos*, v. 26, n. 1, p. 137-146, jan.-jun. 2007.

DÓRIA, Antônio Roberto Sampaio. **Discriminação de rendas tributárias.** São Paulo: José Bushatsky, 1972.

DROMI, Roberto. **Ciudad y municipio: gerenciamiento e gobernabilidad local.** Buenos Aires: Ciudad Argentina, 2007.

DUARTE, Leonardo de F. **Obstáculos econômicos à efetivação dos direitos fundamentais sociais.** Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério.** Tradução e notas Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ELALI, André de S. D. **Tributação e regulação econômica: um exame da tributação como instrumento de regulação econômica na busca da redução das desigualdades regionais.** São Paulo: MP, 2007.

FARIA, José Eduardo (Org.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça.** São Paulo: Malheiros, 1994.

FERRARI, Regina Maria M. N.; **Normas Constitucionais Programáticas – Normatividade, Operatividade.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 1999.

GIAMBIAGI, Fabio; BARROS, Octavio de. (Orgs.). **Brasil Pós-Crise – Agenda para próxima década.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

GOUVÊA, Marcos Masseli. **O controle judicial das omissões administrativas. Novas perspectivas de implementação de direitos prestacionais.** Rio de Janeiro: Forense, 2003.

GRAU, Eros. **A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica.** 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

GRAU, Eros. **O direito posto e o direito pressuposto.** 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

GUERRA, Arthur M. e S.; NEVES, Paula R. **Federalismo de Cooperação: O excesso de atribuições às gestões municipais.** Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva. n. 32, mai.-ago. 2017.

HÄBERLE, Peter. **El Estado Constitucional.** México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2001.

HABERMAS, Jurgen. **Três modelos normativos de democracia.** Disponível em: https://aulavirtual.derecho.proedicaunc.edu.ar/pluginfile.php/52810/mod_resource/content/1/HABERMAS.pdf, com acesso em 14 mar. 2020.

HARADA, Kyoshi. **Direito Financeiro e Tributário.** 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HARADA, Kyoshi. **Vinculação, pelo município, das cotas do ICMS para garantia de operações de crédito: efeitos.** Repertório IOB Jurisprudência, n. 3, fev. 1999.

HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass R. **The cost of rights: why liberty depends on taxes.** New York/London: W. W. Norton & Company, 1999.

HORTA, Raul Machado. **Direito Constitucional.** 4º ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

LABAND, Paul. **Le droit public de l'empire allemand.** V. VI, Paris: Giard & E. Brière, 1904.

LARENZ, Karl. **Metodologia da Ciência do Direito.** Trad. José Lamego, 3ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1997.

LAZARI, Rafael José N. de. **Reserva do possível e mínimo existencial: a pretensão de eficácia da norma constitucional em face da realidade.** 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2016.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. **Pressupostos materiais e formais da intervenção federal no Brasil.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

LIMA, Ana Paula G. de. **Os Consórcios Intermunicipais de Saúde e o Sistema Único de Saúde.** Cad. Saúde Pública, v.16, n. 4, pp. 985-996, 2000.

LOEWENSTEIN, Karl. **Teoría de la Constitución.** Tradução: Alfredo Gallego Anabitarte, Barcelona: Ariel, 1979.

KELSEN, Hans. **Teoria geral do Estado.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KRELL, Andreas Joachin. **Controle judicial dos serviços públicos na base dos direitos fundamentais sociais.** In: SARLET, Ingo W. A Constituição Concretizada: construindo pontes entre o público e o privado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

KRELL, Andreas Joachin. **Direitos sociais e o controle judicial no Brasil e na Alemanha. Os (des)caminhos de um Direito Constitucional “comparado”**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

KRELL, Andreas Joachin. **Diferenças do conceito, desenvolvimento e conteúdo da autonomia municipal na Alemanha e no Brasil**. Revista de Informação Legislativa. Brasília, a. 32, n. 128, out.-dez. 1995.

MALHERBE, Jacques. **O Federalismo fiscal na Bélgica**. In: DERZI, Misabel A. M.; JÚNIOR, Onofre A.; MOREIRA, André M. (Orgs.). Coleção Federalismo e Tributação. Volume 2: Estado Federal e Guerra Fiscal no Direito Comparado. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

MANAUS. **Lei Orgânica do Município de Manaus/AM**, promulgada em 05 de abril de 1990.

MANAUS. **Lei nº 1628, de 30 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, e dá outras providências.

MEIRA, Silvio. **Federalismo e centralização**. Revista de Direito Público, n. 32, nov.-dez 1974.

MEIRELES, Edilton. **A Constituição do trabalho**. In: MONTESSO, Cláudio José et al (Coords.). Direitos sociais na constituição de 1988: uma análise crítica vinte anos depois. São Paulo: LTR, 2008.

MEIRELLES, Hely L. **Direito Municipal Brasileiro**. 16ª ed., atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

MENCK, José Theodoro M. **Um federalismo singular: a organização do Estado Federal Belga**. Cadernos ASLEGIS, v. 6, n. 23, nov. 2004.

MENDES, Gilmar F.; COELHO, Inocêncio M.; BRANCO, Paulo Gustavo G. **Curso de Direito Constitucional**. 4ª edição São Paulo: Saraiva, 2009.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade**. 3º ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MENDONÇA, José Vicente S. **Direito Constitucional Econômico – A intervenção do Estado na Economia à luz da Razão Pública e do Pragmatismo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum. 2018.

MENEZES, Vitor Hugo M. de. **Direito à Saúde e Reserva do Possível**. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

MICHELMAN, Frank Isaac. **Constitution, social rights, and political justification**. International Journal of Constitutional Law, v.1, n. 01, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Gasto do Ministério da Saúde com atenção à saúde como proporção do gasto total do Ministério da Saúde**. Disponível em:

<<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/LivroIDB/2edrev/e20.pdf>>, com acesso em: 09 mai. 2018.

MIRAGEM, Bruno. **Direito Administrativo Aplicado**. 3ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MONTORO, André F. **Federalismo e fortalecimento do poder local no Brasil e na Alemanha**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

MOREIRA NETO, Diogo de F. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. Revista de Direito da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, vol. 42, 1990.

MORON PEREZ, Carmem. **La distribución del poder tributário em españa**. In: DERZI, Misabel A. M.; JÚNIOR, Onofre A.; MOREIRA, André M. (Orgs.). Coleção Federalismo e Tributação. Volume 2: Estado Federal e Guerra Fiscal no Direito Comparado, Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

NABAIS, José C. **A face oculta dos direitos fundamentais: os deveres e os custos dos direitos**. Revista da AGU, v. 1, n. 1, jun. 2005.

NUNES, António José A.; SCAFF, Fernando F. **Os tribunais e o direito à saúde**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

NUNES JUNIOR, Vidal S. **A cidadania social na Constituição de 1988: estratégias de positivação e exigibilidade judicial dos direitos sociais**. São Paulo: Imprensa, 2009.

OLIVEIRA, Daniel de A. **Stephen Griffin e a teoria constitucional americana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

OLIVEIRA, Regis F. **Curso de Direito Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

OLIVEIRA, Regis F. (Coord. geral); SCAFF, Fernando F.; HORVATH, E.; CONTI, José Maurício (Coords.). **Lições de direito financeiro**. São Paulo: Editora RT, 2016.

PELÁEZ, Francisco José C. **Derechos Sociales: teoría e ideologia**. Madrid: Tecnos, 1994.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. **Interpretação constitucional e direitos fundamentais**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MIRANDA, Pontes de. **Comentários à Constituição Federal de 1967**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970. t. II.

MORON PEREZ, Carmem. **La distribución del poder tributário em españa**. In: DERZI, Misabel A. M.; JÚNIOR, Onofre A.; MOREIRA, André M. (Orgs.). Coleção Federalismo e Tributação. Volume 2: Estado Federal e Guerra Fiscal no Direito Comparado, Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

PINTO, Élida G. **Descompasso federativo no financiamento da saúde pública brasileira**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-abr-04/elida-pinto-descompasso-federativo-financiamento-saude>>, com acesso em 27 mai. 2018.

PINTO, Élida G. SARLET, Ingo W. **Regime previsto na EC 86/2015 deve ser piso e não o teto de gasto em saúde**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-mar-24/gasto-saude-previsto-ec-862015-piso-nao-teto#_ftn3>. Com acesso em 24 mai. 2018.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do princípio federativo**. TRINDADE, Francisco (Trad.). São Paulo: Imaginário, 2001.

QUEIROZ, Cristina. **Direitos fundamentais: teoria geral**. 2ª ed. Coimbra: Editora Coimbra, 2010.

RAMOS, Dircêo Torrecillas. **Federalismo assimétrico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. **Justiça, Interpretação e Elisão Tributária**. Rio de Janeiro: Edição Lumen Juris, 2003.

RIKER, William H. **The theory of political coalitions**. New Haven: Yale University Press, 1962.

RIKER, William H. Federalism. In: GREENSTEIN, F. and POLSBY, N. (Eds.). **Handbook of Political Science**. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, v.5, 1975.

RISSI, Rosmar. **Teoria do mínimo existencial: direitos fundamentais sociais e democracia**. Curitiba: Juruá, 2016.

ROCHA, Carmen Lúcia A. **República e Federação no Brasil**. Traços constitucionais da organização política brasileira. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966**. Dispõe sobre o sistema tributário do Município de São Paulo, e dá outras providências.

SARAIVA, Luis Augusto Ferreira. **O que e quem não é Ubuntu: crítica ao “eu” dentro da filosofia Ubuntu**. Problemata: Revista Internacional de Filosofia, v. 10, n 2, ano 2019, p. 93-110.

SARLET, Ingo W. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 10ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SARLET, Ingo W. TIMM, Luciano B. (Orgs.). **Direitos fundamentais, orçamento e reserva do possível**. 2ª edição revista e ampliada. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

SARMENTO, Daniel; SOUZA NETO, Cláudio P. de. **Direito Constitucional. Teoria, história e métodos de trabalho**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SARMENTO, Daniel. SOUZA NETO, Cláudio P. de (coords.). **Direitos sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia**. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016.

SCAFF, Fernando F. SCAFF, Luma C. de M. **Comentário ao artigo 158, IV**. In: CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013. Edição eletrônica.

SCAFF, Fernando F. **Orçamento Republicano e Liberdade Igual – Ensaio sobre Direito Financeiro, República e Direitos Fundamentais no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

SCAFF, Fernando F. **Reserva do possível, mínimo existencial e direitos humanos**. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/vj/article/view/14814>>. Com acesso em: 24 abr. 2018.

SCAFF, Fernando F. **Sentenças aditivas, direitos sociais e reserva do possível**. Revista dialética de Direito processual, n. 51, jun. 2007, São Paulo: Dialética, p. 87-97.

SGARBOSSA, Luis Fernando. **Do Estado-providência ao mercado-providência: Direitos sob a “reserva do possível” em tempos de globalização neoliberal**. 2009. 250f. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Processo constitucional de Formação das Leis**. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA, Virgílio Afonso da (Org.). **Interpretação constitucional**. Coleção Teoria e Direito Público. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia**. 2ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2017.

STEPAN, Alfred. **Para uma Nova Análise Comparativa do Federalismo e da Democracia: Federações que Restringem ou Ampliam o Poder do Demos**.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000200001>, com acesso em: 18 Mar. 2020.

SUSTEIN, Cass R.; HOLMES, Stephen. **Custo dos direitos: porque a liberdade depende dos impostos**. 1ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019, [livro eletrônico].

THOMAZ, Andreane Rocha. CUNHA, Bruno Salles Trindade da. **Análise das competências constitucionais em face da distribuição dos Recursos entre os entes federados e a necessidade de revisão do pacto federativo**. Revista Brasileira de Direito Municipal, ano 15, n. 51, p. 29-44, jan-mar. 2014.

TORRES, Heleno Taveira. **Constituição financeira e o federalismo financeiro cooperativo equilibrado brasileiro**. Revista Fórum Direito financeiro e Econômico – RFDfE, n. 5, ano 3, p. 25-54, mar.-ago. 2014.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito financeiro e tributário**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

TORRES, Ricardo Lobo. **O direito ao mínimo existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

TULLOCK, Gordon; SELDON, Arthur; BRADY, Gordon L. **Falhas de governo: uma introdução à teoria da escolha pública**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2005.

VELLOSO, Carlos Mário da S. **Temas de direito público**. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

ZIPPELIUS, Reinhold. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2016 [livro eletrônico].